

RICARDO LUIZ DE SOUZA

A MORTE NO BRASIL

REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS



RICARDO LUIZ DE SOUZA

A MORTE NO BRASIL

REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS



Curitiba
2020

© 2020, Ricardo Luiz de Souza
2020, PUCPRESS

Este livro, na totalidade ou em parte, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa por escrito da Editora.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR)

Reitor

Waldemiro Gremski

Vice-Reitor

Vidal Martins

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Paula Cristina Trevilatto

PUCPRESS

Coordenação: Michele Marcos de Oliveira

Edição: Susan Cristine Trevisani dos Reis

Edição de arte: Rafael Matta Carnasciali

Preparação de texto: Janaynne do Amaral

Revisão: Juliana Almeida Colpani Ferezin

Capa e projeto gráfico: Rafael Matta Carnasciali

Diagramação: Rafael Matta Carnasciali

Aquarela da capa: Rafael Matta Carnasciali

Imagem da capa: MRkringsak/Adobe Stock

Conselho Editorial

Alex Villas Boas Oliveira Mariano

Aléxei Volaco

Carlos Alberto Engelhorn

Cesar Candiotto

Cilene da Silva Gomes Ribeiro

Cloves Antonio de Amissis Amorim

Eduardo Damião da Silva

Evelyn de Almeida Orlando

Fabiano Borba Vianna

Katya Kozicki

Kung Darh Chi

Léo Peruzzo Jr.

Luis Salvador Petrucci Gnoato

Marcia Carla Pereira Ribeiro

Rafael Rodrigues Guimarães Wollmann

Rodrigo Moraes da Silveira

Ruy Inácio Neiva de Carvalho

Suyanne Tolentino de Souza

Vilmar Rodrigues Moreira

PUCPRESS | Editora Universitária Champagnat

Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prédio da Administração - 6º andar

Campus Curitiba - CEP 80215-901 - Curitiba / PR

Tel. +55 (41) 3271-1701

pucpress@pucpr.br

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Pamela Travassos de Freitas - CRB 9/1960

Souza, Ricardo Luiz de
S729m A morte no Brasil: representações e práticas / Ricardo Luiz de Souza. -
2020 Curitiba : PUCPRESS, 2020.
160 p. ; 21 cm

Inclui bibliografias

ISBN 978-65-87802-03-9 (E-book)

1. História social. 2. Morte - Aspectos sociais. 3. Morte - Aspectos simbólicos. 4. Cemitérios. 5. Ritos e cerimônias fúnebres - Brasil. I. Título.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1	
AGONIA, TESTAMENTO E MEMÓRIA	9
CAPÍTULO 2	
O LUTO, O FUNERAL E O SEPULTAMENTO	47
CAPÍTULO 3	
CEMITÉRIOS	101
CAPÍTULO 4	
DEPOIS DA MORTE.....	123
REFERÊNCIAS.....	141

INTRODUÇÃO

Meu objetivo é estudar os percursos históricos da morte na sociedade brasileira, o que será feito a partir da análise dos diferentes rituais e procedimentos ligados à morte enquanto acontecimento concreto. Serão analisados, então, os ritos ligados à agonia, a elaboração de inventários e testamentos, o funeral e o luto, o sepultamento e a construção de cemitérios; inicialmente com as igrejas sendo transformadas em locais onde os mortos eram enterrados, e mais tarde com a construção de cemitérios seculares e desvinculados dos templos católicos enquanto espaços físicos.

A morte será também abordada enquanto evento simbólico, e serão analisadas as diferentes simbologias referentes ao morto e à sua alma, sendo que também o mundo dos mortos, ou seja, o imaginário brasileiro referente à alma será estudado.

O texto seguirá as diversas etapas do processo. Desse modo, no Capítulo 1 serão estudados os rituais relacionados à agonia e a confecção de inventários e testamentos. No Capítulo 2, o funeral, o sepultamento e o luto. No capítulo 3, será descrito o processo histórico de construção de cemitérios no Brasil. E, por último, no Capítulo 4, a relação entre vivos e mortos e o imaginário brasileiro relacionado à crença em seres e almas do outro mundo.

A preocupação com os mortos sempre esteve presente desde que o ser humano passou a viver em sociedade. Neste sentido, toda cidade é também uma necrópole, ou seja, além da cidade dos vivos, há a cidade dos mortos; locais nos quais os mortos são enterrados e aos quais é atribuída uma simbologia específica. Meu objetivo é estudar como este processo se formou e se desenvolveu na sociedade brasileira,

e como este processo, ainda, refletiu as relações sociais estabelecidas entre os vivos e foi por estas estruturado. O mundo dos mortos, afinal, reflete o mundo dos vivos.

A relação entre mortos e vivos é uma relação religiosa, social, cultural, econômica. Além do mais, é uma relação marcada por uma progressiva escamoteação, secularização e medicalização da morte, o que escrevendo em 1947, Oswald de Andrade (2007, p. 325) assinala:

Um dos fatos decisivos dos tempos novos é a descristianização da própria morte. Hoje também ninguém mais “morre”. Naquele sentido de vela na mão, para conduzir a alma até o Criador. O moribundo deixou a alma no prego, nos braços da vizinha do apartamento ou na torcida do futebol. Só os negros rezam e bebem no espetáculo dos últimos velórios. A morte passou a ser uma operação cirúrgica. Um acidente.

Neste processo, o morto terminou sendo mantido à distância do mundo dos vivos, o que fez com que o sepultamento perdesse muito do aparato simbólico que o revestia.

Gilberto Freyre (1941, p. 194) pontua:

Talvez em nenhuma parte do mundo os enterros se façam hoje tão às pressas como nas cidades do Nordeste do Brasil. Nem em New York são assim os enterros. O que talvez signifique certo desinteresse da gente atual desta região brasileira pelo seu passado, pelas suas tradições e pelos seus mortos.

Não se trata, contudo, como Freyre habitualmente o faz, de lamentar o desaparecimento de um mundo marcado por tradições em relação à morte, por exemplo, que não encontra mais lugar na modernidade, mas de apenas descrever tal transição e definir seus fatores, sendo este meu objetivo no que diz respeito às relações entre vivos e mortos estabelecidas em terras brasileiras. De acordo com Ariès (1981, p. 24):

Existem duas maneiras de não pensar na morte: a nossa, a da nossa civilização tecnicista que recusa a morte e a interdita; e a das civilizações tradicionais, que não é uma recusa, mas impossibilidade de pensar intensamente na morte, porque ela está muito próxima e faz parte excessiva da vida cotidiana.

A transição a ser estudada diz respeito, em larga medida, às duas maneiras mencionadas por Ariès (1981); ao progressivo abandono da maneira tradicional e à consequente adoção da maneira moderna. Ao mesmo tempo, tal processo não é linear e nem homogêneo, uma vez que ambas as maneiras, no caso da sociedade brasileira, convivem, se influenciam mutuamente e interagem uma com a outra. Nem se trata de definir valorativamente qual é a maneira correta e adequada. Trata-se de definir e compreender como tal transição se deu.

Duas observações, por fim, devem ser feitas. Este é um estudo histórico no qual será feita uma análise do desenvolvimento das representações e práticas vinculadas à morte no Brasil. Neste sentido, o universo da contemporaneidade, ou seja, as práticas e representações vinculadas ao ato de morrer no Brasil contemporâneo serão abordadas apenas em contraponto, quando tal abordagem se fizer necessária para a melhor compreensão da temática a ser estudada. E ainda, se uso o termo representação, é importante esclarecer, em termos teóricos, do que se trata.

Por representação defino o conjunto de crenças, comportamentos e imagens que representam um determinado fenômeno social, que é a presença da morte e o ato de morrer na sociedade brasileira, em um período que vai do início do século XVI à primeira metade do século XX. Pretendo estudar como a morte foi representada no imaginário e no cotidiano da população brasileira a partir de ritos, crenças e comportamentos que a expressaram, bem como expressaram os medos e esperanças a ela relacionados. Este, em síntese, é o meu objeto de estudo.

AGONIA, TESTAMENTO E MEMÓRIA

INTRODUÇÃO

A agonia, no Brasil, foi vista, durante séculos, mais como um momento no qual a alma deveria ser salva do que como um processo no qual o paciente deveria ser salvo da morte. E o processo de agonia foi marcado por rituais como excelências e outros, além de haver preocupação com o ato de bem morrer, ou seja, a morte situada em um contexto cristão que permitisse a salvação da alma. O testamento, por sua vez, também foi pensado como um instrumento de salvação da alma, além da realização de missas, que poderiam ser contadas às dezenas ou centenas, e por vezes rezadas de forma infinita.

PROCESSOS DE RITUALIZAÇÃO

A morte, ao ser ritualizada, exerce, para o falecido, função semelhante à que a festa de aniversário exercia quando este ainda era vivo. A festa de aniversário marca a singularidade do aniversariante, faz com que sua existência seja festejada e se destaque pelo menos em uma ocasião específica. Celebra o fato dele ter vindo ao mundo e estar vivo, assim como a cerimônia de seu funeral lamenta o fato dele não estar mais entre os vivos e registra a especificidade do ser que morreu.

O funeral tende a celebrar as virtudes de quem morreu, não sendo de bom tom falar mal do falecido. Seus defeitos tendem a serem

escamoteados, seus vícios tendem a ser esquecidos. Idealizando-o, o grupo do qual ele fez parte idealiza a si próprio, confere ao passado do qual o falecido fez parte uma imagem a ser mantida perante a posteridade, o que vale não apenas para os mortos ilustres, mas também para os mortos destinados ao esquecimento futuro. Eles se foram, mas, enquanto o esquecimento absoluto não chegar, eles, pelo menos para aqueles que celebram sua memória, permanecerão como o alicerce de uma identidade fundada na lembrança a ser compartilhada.

A morte gera um vazio que, se não for solucionado, pode gerar uma situação de desequilíbrio social, o que Willems (1961, p. 162) salienta, ao estudar os ritos funerários existentes em uma cidade do interior paulista:

A realização desses ritos oferece aos parentes, compadres, amigos e vizinhos ensejo de exprimirem suas emoções dentro dos moldes estabelecidos pela comunidade. Além disso, a morte privou o grupo de parentes e vizinhos de um de seus membros. Esse fato não pode deixar de causar um desequilíbrio social que precisa ser restabelecido.

O morto pode ser lembrado a partir de sua iconografia, ou seja, por meio de uma memória visual, sendo que também o túmulo, ou cruzeiros à beira da estrada, por exemplo, possuem o objetivo de preservar o registro de sua existência. Mas pode, também, sobreviver a partir de narrativas orais que constroem a memória familiar em torno do falecido, ou a memória social no caso de mortos mais ou menos ilustres.

Por meios destes processos de lembrança, a memória social e a memória familiar, principalmente em sociedades tradicionais, criam uma hierarquia na qual os mortos se situam acima dos vivos, passando a representar um código de conduta que orienta o comportamento dos vivos, o que Freyre (1984, p. lxxix) assinala, por exemplo, em relação às casas-grandes:

Abaixo dos santos e acima dos vivos ficavam, na hierarquia patriarcal, os mortos, governando e vigiando o mais possível

a vida dos filhos, netos, bisnetos. Em muita casa-grande conservavam-se seus retratos no santuário, entre as imagens dos santos, com direito à mesma luz votiva de lamparina de azeite e às mesmas flores devotas.

Os ritos funerários ressaltam, portanto, a identidade do falecido, o que pode ser feito de diferentes formas, bem como a identidade do grupo que lamenta a perda de um de seus membros e, fazendo isto, celebra a coesão de quem, pertencendo ao grupo, permanece dele fazendo parte, ou seja, permanece no mundo dos vivos. Desta forma, o grupo celebra sua continuidade perante a morte, neutralizando o efeito desintegrador que sua presença poderia exercer perante seus elementos de continuidade. Ao lamentar a morte, o grupo social celebra a sua vida.

Em sociedades tradicionais, a morte é vivenciada tanto pela família e pelos amigos quanto por toda a comunidade, o que Mattoso (1978, p. 216) exemplifica em relação à sociedade baiana: “Casamento, nascimento de filhos, aniversários, formaturas e enterros eram eventos na vida das famílias baianas que ultrapassavam os estreitos limites familiares para serem atos de vida pública partilhados por todos”.

A morte impõe sua presença no mundo dos vivos, embora tal presença tenha passado por um processo histórico de contínua e persistente escamoteação. Mas na sociedade brasileira tal presença se deu de diversas formas, algumas das quais, nos dias de hoje, são praticamente ignoradas.

O badalar dos sinos, por exemplo, submersos hoje na cacofonia das metrópoles, tinha a função de anunciar as mortes nas antigas cidades brasileiras, o que se dava através de sinais específicos que eram reconhecidos por todos. Assim, escrevendo em 1872, Assis (1938, p. 36) ressalta:

Um defunto é um defunto. Não há necessidade, penso eu, de indicar aos fregueses da paróquia o sexo do cristão que cessou de viver, porque o padre nosso é um para todos, e se as três badaladas querem dizer que os fiéis devem rezar mais alguma coisa quando se trata de um homem, há nisto uma

tal parcialidade masculina, que eu não posso deixar de a denunciar ao sexo oposto, como dizia um deputado provincial.

No período colonial, por sua vez, a presença da morte era assinalada a partir de rituais como as procissões dos ossos, a extensão do luto, cuja presença era ostensiva e prolongada em termos de sinais visuais e em termos de comportamento, os sufrágios em intenção da alma e a própria presença dos cemitérios, que faziam parte do meio urbano, com mortos e vivos convivendo sem demarcações muito rígidas.

A preocupação com o registro da morte, por outro lado, não tinha prioridade em relação aos demais registros, o que Marcílio (1974, p. 64) assinala em relação à cidade de São Paulo:

Os registros de sepulturas conservados são bem mais recentes que os de batismo e de casamento. Com efeito, os primeiros documentos de óbitos datam apenas de 1731. No que se refere aos escravos, não foi possível fazer o estudo dos óbitos, porque os registros começam somente a partir de 1853.

E tais registros primavam pela simplicidade e pelo laconismo, o que Balhana (1992, p. 27) afirma em relação aos séculos XVIII e XIX:

Os registros de óbito eram os mais lacônicos, apenas com a data de falecimento, nome completo, idade, filiação e estado civil do defunto, recebimento dos sacramentos da penitência e da extrema-unção, local do sepultamento e nome do sacerdote que fizera a encomenda do defunto, anotara ou mandara anotar o registro e o assinara.

Já o luto era algo a ser demonstrado de forma ostensiva e celebrado de forma suntuosa, assim como as artes funerárias transformavam os mausoléus em monumentos tanto à lembrança dos mortos quanto ao status dos vivos. E, por fim, os velórios, o acompanhamento do morto até a sua sepultura e o momento do enterro eram momentos

a serem presenciados e compartilhados por toda a comunidade, que avaliava o poderio dos vivos a partir do sepultamento dos mortos. A morte era, portanto, uma demonstração de desigualdade e uma afirmação de superioridade social. O que a todos iguala, ao ser representado a todos estratificava.

Mott (1996, p. 115) diz que:

No Brasil colonial, repetindo a tradição europeia, diversos foram os oradores sacros que carregavam sempre, no púlpito, uma caveira humana, ficando célebre na Bahia um episódio ocorrido na Igreja do Mosteiro de São Bento, em que o pregador, irritado com a desatenção dos fiéis à suas práticas, jogou do púlpito a dita caveira, que milagrosamente foi cair direitinho no colo de duas raparigas conhecidas por seus maus costumes.

E a caveira, ao não diferenciar o status dos vivos, possui no universo cristão uma função de primordial importância. Isto porque a morte é vista, no contexto do cristianismo, como o momento no qual as diferenças sociais, mais que abolidas, são invertidas. A partir dela Lázaro é recebido como um justo e se senta ao lado de Abraão, enquanto ao rico cabem as penas do inferno.

A passagem de um mundo ao outro é, nesta perspectiva, definida pela inversão dos valores e categorias sociais, ao mesmo tempo que na sociedade brasileira, na qual este aspecto permanece fundamentalmente católica, o falecido tem o seu sepultamento sendo estruturado a partir de uma série de sinais que atuam no sentido de manter a estratificação social que caberia à morte inverter.

DaMatta (1985, p. 120) salienta:

A morte no Brasil é concebida como uma passagem de um mundo a outro, numa metáfora de *subida* ou *descida* - algo verticalizado, como a própria sociedade - e jamais como um movimento horizontal, como ocorre na sociedade americana,

onde a morte é quase sempre encapsulada na figura de uma viagem aos confins, limites ou *fronteira* do universo.

O morto, na sociedade brasileira, não abandona o mundo dos vivos; nele permanece a partir de seu vínculo com o estrato social do qual fez parte em vida. Ao mesmo tempo, contudo, que os ritos funerários ressaltam a estratificação, eles, assim como a sociedade da qual fazem parte, ressaltavam, no período colonial, a sua fluidez. Os ritos funerários deveriam ser uma demonstração simbólica e ritual da firmeza *post mortem* das diferenciações sociais, mas também registravam os canais social existentes; a heterogeneidade social era retratada na heterogeneidade dos rituais e símbolos, e tal fluidez, um tanto perigosa, permanece presente nos dias de hoje.

Morrer, hoje, é um episódio definido como tal pela medicina, o que tende a esvaziar a diferenciação entre a boa morte e a má morte. Importa morrer sem escândalo e, se possível, da forma mais indolor possível. O conceito de bem morrer é destituído de seu significado, mas a boa morte foi durante séculos na sociedade brasileira, e não apenas nela, um ideal perseguido de forma obsessiva.

Scwhartz (2002, p. 37) sublinha que:

Diferentemente da França, onde o auge das publicações sobre a *ars moriendi* ocorreu nas últimas décadas do século XVIII, em Portugal tal nível foi alcançado um pouco mais tarde, entre 1700 e 1725, apontando talvez para uma maior vitalidade das atitudes barrocas perante a morte.

Havia toda uma literatura voltada para o ensino da boa morte, e se hoje os manuais de autoajuda podem ser definidos como manuais de bem viver (não importando, no caso, o fato de a contribuição por eles oferecida neste sentido ser invariavelmente nula), toda uma literatura eminentemente barroca era dedicada a ensinar como a morte, ao chegar, deveria ser vivenciada. E se este termo pode ser utilizado é porque a distinção contemporânea entre a vida e a morte, o fato de estar vivo

e o momento da morte ainda não havia sido estabelecida. Tal momento fazia parte da vida e toda a vida era um preparativo para este momento.

Faria (2000, p. 410) afirma: "Somente em Portugal, nos séculos XVII e XVIII foram publicados 129 títulos e 261 edições de manuais de 'bem morrer', vários deles escritos por jesuítas". E Silva (2007, p. 209) aborda a extensão do conceito: "Seja com o uso da força política, seja com uma discussão teórica sobre as necessidades humanas, o ofício de ajudar a bem morrer constituía um espaço para o conforto da alma e os recintos dominados pelos saberes sobre o corpo".

A morte não era, portanto, um momento a ser ignorado ao longo da vida, mas, pelo contrário, a vida era um preparativo para a morte; para a construção de uma boa morte. Mas o que, afinal, significava o ato de bem morrer?

Um exemplo clássico de boa morte encontra-se, por exemplo, na descrição que Saint Foi (1878, p. 203) faz da agonia de Anchieta: "Com os olhos sempre fixos em seu crucifixo, permanecia absorto em profunda contemplação; sua alma, já quase a pisar os umbrais da eternidade, parece que divisava algum raio dos celestiais esplendores". Trata-se de uma morte exemplarmente cristã, e o ato de bem-morrer significa que a morte deveria ocorrer de forma cristã, ou seja, significa que ela deveria ser mediada pela Igreja e deveria ser compartilhada pelo grupo social.

A pior morte possível era a morte repentina, solitária e desprovida das mediações fornecidas pela Igreja, bem como da ambiência cristã. E o próprio vocabulário referente ao tema exprime a diferença entre a boa morte e a má morte. Morrer de morte morrida significa uma morte natural, motivada por doença ou velhice, ao passo que morrer de morte matada significa uma morte repentina, para a qual o falecido não se preparou ou não foi preparado. O ideal é que a morte ocorra com o moribundo estando em situação de lucidez, para que as despedidas possam ser feitas e os ritos fúnebres tenham a sua participação, e sem que as dores da agonia a impeçam.

